

SOWELL, Thomas.
Ação afirmativa pelo mundo:
um estudo empírico.
Editora Univercidade, 2005

Maria das Graças Viana Bragança
Zélia Maria Freire de Oliveira**

Thomas Sowell nasceu em 30 de junho de 1930, na Carolina do Norte, EUA. É um proeminente economista americano, escritor político e conservador. Desde 1980 é adjunto sênior do Instituto Hoover da Universidade de Stanford. É Ph.D. em Economia pela Universidade de Chicago. Ensinou em universidades americanas proeminentes, inclusive nas universidades de Cornell e de Los Angeles. Sowell escreveu livros, artigos em jornais e revistas, como Forbes Magazine, Wall Street Journal. Escreve sobre assuntos econômicos, em que advoga geralmente uma aproximação do mercado livre ao capitalismo e sobre tópicos raciais, sendo um crítico da ação afirmativa.

Outros livros são: (2006), *On Classical Economics*; (2005), *Black Rednecks and White Liberals*; (2004), *Basic Economics: A Citizen's Guide to the Economy*; (2003), *Applied Economics: Thinking Beyond Stage One*; (2003), *Inside American Education*; (2002), *The Einstein Syndrome: Bright Children Who Talk Late*; (2002), *Controversial Essays*; (2002), *A Conflict of Visions: Ideological Origins of Political Struggles*; (2002), *A Personal Odyssey*; (2002), *The Quest For Cosmic Justice*; (1996), *The Vision of the Anointed: Self-Congratulation As a Basis for Social Policy*; (1986), *Marxism: Philosophy and Economics*; (1981), *Ethnic America: A History*; (1981), *Markets and Minorities*; (1975), *Race and Economics*, *Race and Culture: A World View*, *Conquests and*

Cultures: An International History, Migrations and Cultures: A World View, Knowledge and Decisions, The Economics and Politics of Race e Civil Rights: Rhetoric or Reality?

O livro discute a ação afirmativa nos Estados Unidos e em outros países que adotaram uma política similar, inclusive há mais tempo, fazendo uma reflexão sobre os padrões comuns e diferenças existentes nas teorias, princípios e leis adotadas, não só nos EUA, como também em diversos outros países.

A obra consta de 7 capítulos e se baseia em estudos empíricos feitos pelo autor nos Estados Unidos, Índia, Nigéria, Sri Lanka e Malásia. Sowell tem seu foco principal nas políticas governamentais e suas conseqüências empíricas. Salaria que tanto os incentivos quanto as conseqüências tendem a ser ignoradas nas discussões políticas, que se preocupam em justificar as políticas preferenciais e a enaltecer seus benefícios, ignorando totalmente os resultados práticos delas. Ninguém se preocupa em estudar os fatos históricos.

No primeiro capítulo, *Uma perspectiva internacional*, o autor salienta que há sérias controvérsias sobre políticas de ação afirmativa nos EUA, havendo poucos americanos que sabem da sua existência em outros países. Na realidade, há grupos preferenciais em países com histórias e tradições completamente diferentes das dos EUA, e em alguns deles as polí-

** Pesquisadoras da UNIEURO – Centro Universitário – Mestrado em Ciência Política e-mail: graca100@terra.com.br e UCB - Universidade Católica De Brasília - Mestrado em Educação e-mail: zeliham@brturbo.com.br

ticas afirmativas existem há muito mais tempo.

Assim, coloca algumas questões para reflexão: o que a experiência dos outros países pode ensinar? Há padrões, razões ou resultados em comum ou a situação americana é única? Suas pesquisas mostram que as políticas afirmativas têm sido aplicadas em sociedades diferentes que compartilham características muito semelhantes e frequentemente levam a resultados muito parecidos com os dos EUA. Alguns grupos preferenciais existem para minorias, outros para majorias. Atualmente, nos EUA, denomina-se ação afirmativa o conjunto de programas para os menos privilegiados; já na Grã-Bretanha e na Índia dá-se no nome de “discriminação positiva”; de “padronização” no Sri Lanka; “refletindo o lado federal do país” na Nigéria e de “filhos do solo” na Malásia e Indonésia, e também em alguns estados na Índia. Grupos preferenciais também existem em Israel, China, Austrália, Brasil, entre outros.

Apesar de terem se tornado comuns, os programas de ação afirmativa são vistos como algo indesejável pelas próprias pessoas que os promovem. Apesar de estas pessoas apregoarem que tais programas são temporários, estas políticas não só têm persistido como aumentado. Mostra que mesmo onde há dados estatísticos adequados sobre o progresso de grupos que receberam tratamento preferencial, determinar o quanto tal progresso resultou de políticas preferenciais e não de outros fatores, continua sendo um desafio. Ilustrando isso, dá exemplos de Bombaim, na Malásia, no Sri Lanka, na Polônia, na Checoslováquia, na Lituânia, na Nigéria, na Indonésia, em Quebec e em grande parte dos países ao sul do Saara e ainda nos EUA.

O segundo capítulo, *Ação afirmativa na Índia*, mostra suas pesquisas naquele país, com vários dialetos e idiomas e com uma forte separação entre castas, religiões e divisões étnicas e regionais, com políticas de grupos preferenciais muito antigas – desde a colonização britânica. Pela Constituição indiana há dois tipos de políticas preferenciais: uma para minorias nacionais consideradas menos favorecidas e outra para vários grupos locais em seus respectivos estados. As políticas para minorias eram destinadas a lidar com a grave discriminação sofrida pelos intocáveis da Índia. Alguns grupos tribais também foram incluídos nestas políticas. Para os demais grupos, uma catego-

ria chamada de “outras classes atrasadas” foi incluída, e através dela vários outros grupos puderam ter acesso a emprego e a outros benefícios. Em termos nacionais, as políticas preferenciais deveriam elevar os níveis sócio-econômicos das castas e tribos marcadas, promovendo acesso a emprego, universidade, representação no parlamento, entre outros benefícios, mas isso não é a realidade.

O terceiro capítulo, *Ação afirmativa na Malásia* realça que as ações afirmativas têm produzido resultados similares a de outros países, protegendo mais uma maioria da sociedade contra uma minoria mais dinâmica, que controla a economia e a burocracia local. A Malásia tem um dos mais bem sucedidos programas de ação afirmativa do mundo, onde o sucesso é definido somente em termos de relativo avanço do grupo beneficiário.

No quarto capítulo, *Ação afirmativa no Sri Lanka*, evidenciou que não foram as diferenças econômicas que provocaram polarização e violência, mas sim a politização destas diferenças. Grupos étnicos, geograficamente separados e politicamente polarizados, são uma fórmula para o desastre em muitos países, como o foi nesse país, que como outros países enfrentou uma terrível guerra civil.

No quinto capítulo, *Ação afirmativa na Nigéria*, Sowell afirma que é difícil avaliar os efeitos de grupos preferenciais e cotas naquele país, uma vez que são grandes as diferenças educacionais e culturais entre as tribos e uma política de oportunidade igual para todos era inviável. Se a idéia do nacional se sobrepujasse às diferenças entre os grupos e tribos, muitas tragédias teriam sido evitadas na Nigéria. A própria concepção de transformar regiões tão divergentes do Império Britânico na África em um só país foi uma decisão tardia. Segundo Sowell é tanto rancor e amargura que foram se acumulando na Nigéria antes do estabelecimento das políticas de grupos ou cotas preferenciais que, tanto as políticas quanto os desastres que se seguiram, podem ser vistos como conseqüências da polarização que sempre existiu no país. Enquanto as preferências não podem ser consideradas as grandes criadoras da polarização étnica na Nigéria, como aconteceu no Sri Lanka, é preciso que se façam questionamentos se estas preferências atenuaram ou acentuaram as hostilidades entre as tantas minorias em um

país onde não há uma maioria. O caso da Nigéria pode ensinar aos outros países o que não fazer em termos de preferências.

O capítulo sexto, *Ação afirmativa nos Estados Unidos*, mostra que as ações afirmativas foram criadas para ser um meio de diminuir o dano causado por discriminação no passado. Os imigrantes recentes da Ásia ou América Latina nos EUA têm o direito de se beneficiar da ação afirmativa nesse país, mas obviamente não houve discriminação contra eles no passado, simplesmente porque eles não viviam lá.

Outro aspecto merecedor de análise de Sowell foram os custos das políticas de ação afirmativa, que segundo ele são raramente analisados. Baixam-se os padrões de desempenho visando obter resultados numéricos. Às vezes, o padrão torna-se mais baixo para todos, para se evitar embaraços políticos ou responsabilidade legal. Além de exacerbar as hostilidades entre grupos, a ação afirmativa nos EUA também fez com que os negros parecessem dever sua ascensão às políticas de ação afirmativa do governo, e esta idéia está também arraigada na própria comunidade negra. A desonestidade evidente com que se instituem e se mantêm as cotas tem produzido cinismo e amargura e ajudam muito pouco os genuinamente pobres em guetos em todo o território americano, e isso é parte da ironia dolorosa desta situação. Os defensores da ação afirmativa ignoram ou desprezam os fatos que comprovam a ineficiência dela. A própria possibilidade de que as políticas preferenciais podem ter colocado pessoas em posições onde suas chances de se saírem bem são mínimas é sempre, arbitrariamente, banida do reino das possibilidades. A ação afirmativa continua a ser julgada por suas razões e não por seus resultados.

O sétimo capítulo, *O passado e o futuro*, traz a conclusão do livro. O padrão errôneo dos beneficiários dos programas de ação afirmativa deveria suscitar o questionamento da premissa na qual a ação afirmativa se baseia. Esta premissa é a de que uma distribuição desigual de renda e emprego indica intenções discriminatórias para com os menos afortunados, o que deve ser contrabalançado com políticas preferenciais. Porém, quando estas políticas bem intencionadas demonstram o mesmo

padrão errôneo do que elas deveriam combater, fica difícil não concluir que algo mais do que intenções deve ser levado em conta. Deve-se analisar quem é vítima e quem não é. E tece várias indagações, como por exemplo, a maioria na Malásia é vítima da minoria chinesa? O dogma de que as disparidades estatísticas demonstram discriminação presume uma igualdade de desempenho impossível de existir no mundo real. As disparidades estatísticas não provam nada sobre discriminação porque elas são comuns mesmo em situações onde os estatisticamente dominantes não têm como discriminar.

A culpa dos poucos benefícios da ação afirmativa, principalmente para os que são realmente necessitados, normalmente, recai na falta de zelo ou mesmo má-fé dos administradores de programas de ação afirmativa. Assim, os defeitos ou a ineficiência destes programas, geralmente, são motivos para reformas neles, ao invés de serem motivo para que os programas sejam extintos.

Por outro lado, o sucesso alcançado pelos grupos menos favorecidos, resultante de melhoria em sua educação ou profissionalização, pode ser mais do que um benefício para toda a sociedade, mas também uma razão para ganhar o respeito dos outros grupos, que passam a vê-los como cidadãos produtivos que estão contribuindo mais para a sociedade.

A ação afirmativa também pode ser soma negativa quando membros de grupos não preferenciais se retiram da sociedade, privando-a de sua contribuição, como foi o caso africano, após o *apartheid*, quando, com ação afirmativa para os negros, muitos trabalhadores brancos do governo se aposentaram mais cedo e milhares deles emigraram a cada ano.

Inúmeros princípios, teorias e premissas têm sido usados para justificar programas de ação afirmativa – alguns são comuns em todo o mundo, outros são peculiares a certos países ou comunidades. O que é impressionante é o quão raramente estas noções são testadas empiricamente, ou são definidas de forma clara ou lógica, ou mensuradas de acordo com as conseqüências dolorosas que irão gerar. Se as pessoas observassem as conseqüências reais destas políticas, certamente não encontrariam nenhum argumento a favor delas, a não ser que considerem que qualquer reparação social, mesmo pequena, compense quaisquer custos ou perigos, mesmo grandes.

O livro, que ainda não foi traduzido para o português, vem de encontro ao momento atual vivido no Brasil e por tantos outros países, trazendo à tona reflexões de peso sobre a implementação de ação afirmativa.

A pesquisa de Sowell demonstra que as ações afirmativas não têm surtido o efeito esperado nos diversos países que as adotaram e seu custo-benefício está muito aquém do desejado. Por isso, Sowell, em seu livro, mostra-se contra a adoção da ação afirmativa, sobretudo quando a esfera política ignora as suas conseqüências e os seus resultados práticos, preocupando-se mais em somente justificar as políticas preferenciais e a enaltecer seus benefícios. O livro realça bem os pontos negati

vos da implementação de ação afirmativa, ficando em evidência o fato de que a medida tem gerado mais discriminação, tanto nos Estados Unidos como nos demais países pesquisados; fica, entretanto, uma lacuna sobre alguns pontos positivos alcançados nos países pesquisados. Segundo ele, por exemplo, os ganhos obtidos pelos negros americanos são provenientes de outras circunstâncias ocorridas bem antes da adoção da política de cotas. Porém, isso não desmerece de forma alguma o valor das pesquisas realizadas por Sowell e o livro vem auxiliar todos aqueles que se interessam pelo assunto e debatem a implementação de ação afirmativa no Brasil.